

SOCIOLOGIA

GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES

Sessão 2: Ruralidades

TÃO EXÓTICOS E TÃO NATIVOS: O CAQUI E A BANANA EM UM CONTEXTO DE AMBIENTALIZAÇÃO DE VALORES E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA – RJ

Marcia Cristina de Oliveira Dias – UFRRJ

marcia.cristina1964@gmail.com

Fomento: FAPERJ

A alimentação, além de ser uma necessidade intrínseca à vida, é também uma construção cultural. Cada sociedade, de acordo com seus valores culturais e socioeconômicos, define os tipos de alimentos dos quais se apropriará para manutenção de sua existência. Setenta por cento dos alimentos que consumimos é proveniente da agricultura familiar, porém as transformações de algumas áreas agrícolas em Unidades de Conservação, especialmente as do tipo parque, vêm direcionando agricultores familiares que vivem e produzem nestas áreas a reverem algumas práticas e ressignificar outras a fim de se adaptar às restrições impostas pelos gestores destes parques.

Utilizando como recorte o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – criado em 1974 e localizado no município do Rio de Janeiro, este trabalho tem por objetivo evidenciar como estes agricultores têm transformado o ato de comer em ato político, cultural e socioeconômico, agregando valor à sua produção, acessando novos mercados e, concomitantemente, reafirmando seu direito ao território onde vivem e produzem. O registro etnográfico possibilitado pela observação participante – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, entrevistas com os agricultores, participação na colheita do caqui, entre outros – e a leitura de bibliografias com a temática socioambiental foram algumas das metodologias de pesquisa adotadas. No PEPB, a proteção das culturas nativas coexiste com a produção de culturas exóticas – com destaque para a banana e o cáqui. O cultivo destes frutos, além de gerar renda para os agricultores, atua como demarcador de território, pois, por serem culturas exóticas, comprovam a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana e o vinagre de cáqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis – articulando cultura, produção, consumo e mercados.

Introdução

O Brasil concentra 20% de toda biodiversidade existente no planeta (MMA) e tem o compromisso, definido por meio de vários acordos internacionais, de preservar estas espécies e para cumpri-lo, uma das ferramentas utilizadas pelo Brasil é a criação de Unidades de Conservação (UCs). Segundo dados do CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – existem no Brasil 1828 UCs que ocupam uma área total de 1524080 Km².

Figura 1. Localização do Parque Estadual da Pedra Branca no município do Rio de Janeiro
Fonte: PPEGEO.



Os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação são estabelecidos pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – instituído no ano 2000, através da Lei 9.985.

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos – Proteção Integral e Uso Sustentável – que compreendem 12 categorias. As UCs do tipo Parque são “*de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas*”²¹⁷ (UC, 2014). Quando os Parques – tipo de UC que prevê a inexistência de moradores – são criados em áreas já habitadas, surgem os conflitos.

Na cidade do Rio de Janeiro está localizada a maior floresta urbana do mundo, ocupando 16% do município. Esta floresta está abrigada em área que, em 1974, foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. A criação deste parque impôs uma série de restrições – proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expansão das áreas cultivadas e de utilização de veículos motores – para os agricultores familiares, que habitam este território. Além das restrições quanto ao uso do solo, a criação do PEPB representa uma ameaça a continuidade do cultivo do caqui e da banana – consideradas espécies exóticas e, portanto, passíveis de serem retiradas do parque.

²¹⁷ <http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A legislação, apoiada no discurso científico, define as ações “necessárias” à preservação ambiental e, entre estas ações, o manejo de espécies exóticas – caqui e banana, no caso do PEPB – é uma das que suscita mais conflitos e polêmicas, pois, interfere não apenas na paisagem, como também nas formas cotidianas de subsistência e interação de grupos comunitários com essas plantas. Historicamente, a presença destas espécies exóticas tem atuado como demarcador de território comprovando a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque.

Neste debate visões dicotômicas sobre usos e costumes se confrontam: por um lado, assistimos o discurso dos gestores do Parque, que baseados na ciência, afirmam a urgência da retirada de toda espécie exótica do Parque para recuperação e proteção da biodiversidade. De outro lado, surge o estranhamento da população local que não entende que preservação é essa que pressupõe a retirada de plantas saudáveis, que por sua existência tão remota, são identificadas, por esta população, como nativas. São visões opostas de uma mesma realidade.

O trabalho de campo – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, participação na colheita do caqui, entre outros – aliado a entrevistas e a leitura de uma ampla bibliografia sobre o tema possibilitou o acompanhamento das estratégias de resistência adotadas por estes agricultores na busca pela legitimação do direito ao território e a percepção de como estes conflitos tem reconfigurado o espaço de vida desta população.

A geração dos pequenos agricultores do PEPB não se reconhece fora deste espaço, pois percebe este território não apenas como fonte de recursos, mas como espaço construtor de identidade e, neste sentido, como um território cultural que precede o território político, econômico e geográfico (HAESBAERT, 2002).

Duas leituras de uma mesma realidade empírica

Conforme assinalado acima, o PEPB possui em seu interior uma população nativa que percebe a área do maciço da Pedra Branca, como o seu território. É neste espaço que eles se reconhecem como agricultores e cidadãos dotados de direitos e deveres. Direito a preservar sua cultura, a manter sua produção agrícola, a transitar livremente na área e dever de cuidar e proteger a mata que é o quintal de suas casas. E

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

assim tem sido há gerações. Vivendo na e da mata. Plantando, colhendo, replantando, até que, em 1974, o seu quintal foi transformado em Parque e os nativos – juntamente com o caqui e a banana – desde então, são ameaçados de remoção pelo fato de, segundo técnicos de instituições governamentais relacionados com a preservação ambiental, representarem uma ameaça à floresta.

Com argumentos científicos, o poder institucionalizado busca invisibilizar e se sobrepôr aos saberes tradicionais e aos valores culturais da população local que, no entanto, afirma ter sempre vivido nesta área e não aceita ser tratada como invasora. Um morador de Vargem Grande resume a questão da seguinte forma: “*Não foi a gente que entrou no parque, foi o parque que entrou na gente.*” (FERNANDEZ, 2009, p.136).

Quanto à banana e o caqui, estes são lidos pela população local como parte da paisagem e interpretados como espécies nativas desta área, pois estão ali há tanto tempo que é impossível conceber esta mata sem a presença dos bananais e dos caquizais. São discursos dicotômicos sobre uma mesma realidade empírica. Enquanto a população nativa defende seu direito ao território e ao cultivo da banana e do caqui, entre outras espécies, o poder público insiste na remoção dos moradores e das plantas exóticas do parque.

Em 2011, um representante da Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais afirmava ao portal G1 que a Secretaria Estadual do Ambiente tinha entre seus projetos, a retirada da população local e a extinção dos bananais. À época, uma das ideias defendidas era a instalação de uma cerca de 25 km no entorno do parque (G1, 2011). Dois anos depois, em 2013, o secretário de meio ambiente, Carlos Alberto Muniz, voltou a defender a extinção dos bananais das encostas do Parque Estadual da Pedra Branca afirmando que “*nada justifica produção agrícola em parques*” (O GLOBO, 13/07/13). Porém, segundo os agricultores do Parque, os bananais sempre estiveram ali e nada justifica sua retirada.

Os bananais são responsáveis por atrair e alimentar não apenas os moradores locais, mas os passarinhos e outros animais, conforme afirma agricultora Cristina, nascida e criada no maciço da Pedra Branca, “*se acabar com os bananais [...] virar tudo floresta, os animais vão viver de que, vão comer o que? os passarinhos, os micos, os macacos [...], hoje tem bastante passarinhos, não tinha, hoje tem bastante*”.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O conhecimento produzido, pela interação direta destes agricultores com a floresta, não é considerado pelos técnicos que não reconhecem o fato de que, para esta população nativa, os recursos da biodiversidade, mais que um valor de uso tem um valor simbólico – a natureza está presente em seus mitos de origem, símbolos e em toda sua cosmologia (SANTILLI, 2004).

A banana e o caqui: culturas exóticas na paisagem agroflorestal

Figura 2. A tropa de banana. Ilustração de Antônio Magalhães Corrêa.
Fonte: O Sertão Carioca, 1936.



Andando pelos caminhos²¹⁸ do PEPB a paisagem nos brinda com a visão de inúmeras bananeiras e caquizeiros. A banana e o caqui são culturas antigas no PEPB e fazem parte da vida cultural e socioeconômica da geração de agricultores locais. Magalhães Corrêa, em seu livro “O Sertão Carioca”, escrito em 1933, dedicou um capítulo as bananeiras e seu cultivo no maciço da Pedra Branca. Discorreu sobre a variedade, tipo de solo ideal para o plantio, condições climáticas e ao vendedor deste fruto – o bananeiro. As bananeiras se espalham por toda a área do PEPB.

Segundo os agricultores, o bananeiro produz frutos o ano inteiro e, em virtude deste fato, não faz muito sentido ter um dia dedicado ao cultivo da banana como existe para o caqui. Devido à longínqua existência da banana não se pode afirmar com exatidão a sua origem, porém segundo Corrêa (1933), na Malásia e nas Filipinas a

²¹⁸ Caminhos é o modo como a população nativa se refere às trilhas (nome adotado pela administração do PEPB)

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

banana já era cultivada há mais de 4 mil anos. A banana é um fruto que se reproduz com facilidade em terreno úmido e de clima quente e preferencialmente íngremes, todas as características do maciço da Pedra Branca.

O caqui – outra das espécies exóticas – é originário da China, da Coréia e do Japão. O nome caqui é uma alusão à cor do fruto, que em japonês significa “amarelo escuro” (BRASILCULT). Assim como a banana, os pés de caqui também se espalham pelas encostas íngremes e irregulares do maciço da Pedra Branca. São árvores com galhos grandes, ligeiramente finos e repletos dos delicados frutos.

Segundo relato de agricultores, as primeiras mudas de caqui chegaram ao PEPB na década de 1950, quando foi plantada a primeira muda, que veio de Santíssimo também na zona oeste do município do Rio de Janeiro, por um agricultor, já falecido, de Rio da Prata. Este agricultor distribuiu as mudas entre seus amigos e em pouco tempo, o caquizal já estava disseminado por todo o maciço. A melhor época para plantar o caqui – que frutifica durante 40 anos – é entre os meses de junho/julho/agosto. O caqui é tão significativo para os agricultores do PEPB que foi adotado como símbolo de uma das associações de agricultores da PEPB – são três associações no todo. Além da banana e do caqui, os agricultores cultivam aipim, chuchu, abacate entre outros.

Figura 3. Caquizal no Maciço da Pedra Branca
Fonte: Arquivo pessoal



Dia do Tira-Caqui

Desde 2011, os agricultores do Maciço da Pedra Branca dedicam um dia do ano à colheita solidária do caqui – símbolo dos agricultores de Rio da Prata – com o objetivo de auxiliar na colheita e divulgar o cultivo do fruto na região. Neste dia, agricultores de todo o maciço, amigos e parceiros se reúnem no sítio escolhido para a realização da colheita do caqui, recebem orientações sobre técnicas de colheita e manejo do fruto – que é muito delicado – e, em seguida, dão início à colheita. Após a colheita é servido uma almoço comunitário. É um dia de celebração da safra do caqui e também de lutas e de valorização da produção agroecológica. Este movimento, iniciado pelo olhar do outro, dos mediadores – Rede Ecológica, Profito, Rede Carioca de Agricultura Urbana, entre outros – se repete pelo quarto ano consecutivo e tem como objetivo primeiro fomentar a discussão sobre a questão socioambiental e os conflitos inerentes a transformação de uma área habitada em Unidade de Conservação. Entre os resultados obtidos podemos citar o reconhecimento da identidade social do agricultor e a divulgação da existência de atividade agrícola no município do Rio de Janeiro.

A defesa da alimentação saudável como estratégia de ação política

Entre as muitas ações adotadas pela população nativa em defesa do direito de uso e permanência na área do PEPB está a valorização da produção local. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana, caqui-passa e o vinagre de caqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis.

Através da parceria com outros agricultores e com instituições públicas e privadas, estes agricultores recebem orientação prática sobre as ações necessárias para alcançar a certificação necessária à comercialização da produção nas feiras orgânicas e o apoio da população adepta da alimentação saudável.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O alimento é intrínseco à vida, no entanto, a escolha do que comer é sociocultural. Se por um lado, a oferta de alimentos prontos, congelados e de *fast food* atende a necessidade de agilidade e objetividade pertinente à correria e ao stress do dia-a-dia do mundo globalizado, industrializado e em constante processo de desenvolvimento, por outro, este mesmo contexto social, alerta sobre a necessidade da adoção de práticas alimentares saudáveis, que atenda às necessidades calóricas e nutricionais necessárias para a manutenção da saúde e da vitalidade. Existe um público crescente que busca nos alimentos orgânicos não apenas uma forma de alimentar-se de forma saudável, mas também de valorizar as práticas agrícolas, de ter um contato direto com o agricultor que produz seu alimento e de valorização da natureza.

Os agricultores do PEPB ao adotarem o termo “orgânico” estão não apenas valorizando sua produção e se afirmando com agricultores familiares do PEPB, mas reiterando uma prática antiga, pois, como a maioria deles não utiliza insumos químicos, eles sempre foram orgânicos, embora não utilizassem este termo. A utilização do termo “orgânico”, mais que uma adjetivação para sua produção é uma ação política.

Conclusão

O estudo do Parque Estadual da Pedra Branca ilustra os conflitos gerados pela criação de um Parque e a oposição entre a leitura realizada pela população local – calcada no saber tradicional – e a realizada por representantes do poder público – baseada na ciência e na invisibilização do outro. Paradoxalmente, ao tentar justificar a retirada desta população e das espécies exóticas – banana e caqui – como ações necessárias à preservação ambiental e à restauração da floresta, os representantes do governo acabam reconhecendo a convivência, a gerações, do homem com a floresta. Para a população local, a floresta é mais que o local de morada e de trabalho, é a própria vida deles, que não se reconhecem fora deste espaço. E neste ambiente, o homem age e interage com as plantas, os caminhos, os animais. O que a ciência classifica como “espécies exóticas” os agricultores reconhecem como “frutas nativas”. Frutas que alimentam os moradores do parque e seu entorno, alimentam os animais e alimentam o próprio solo, pois o que não é aproveitado para alimentação, serve de adubo natural para a floresta. Neste estudo podemos perceber como, através da adoção de novas práticas e

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ressignificação de antigas, estes agricultores buscam o reconhecimento da agricultura e alertam para a importância da produção e consumo de alimentos saudáveis além de valorizar as relações sociais – como o contato direto do produtor com o consumidor. Concomitantemente, este trabalho nos permite refletir sobre as contradições do poder dominante que, em pleno “Ano Internacional da Agricultura Familiar” impõe uma série de restrições aos pequenos agricultores familiares do município do Rio de Janeiro.

Bibliografia

BRASILCULT. Disponível em <<http://www.brasilcult.pro.br/frutas/frutas08.htm>>. Acesso em 25 abr. 2014.

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em 24 abr. 2014.

CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1933 (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Adm., 1936)

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FERNANDEZ, A.C.F. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144198>. Acesso em 20 jan. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial, v. 3, p. 43-70, 2002.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>>. Acesso em 25 abr. 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>>. Acesso em 29 jul. 2013.

O GLOBO. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>>. Acesso em 25 abr. 2014.

PPEGEO. Portal de Periódicos Eletrônicos em Geociências. Disponível em <<http://ppegeo.igc.usp.br/img/revistas/anigeo/v32n2/a02fig01.jpg>>. Acesso em 27 abr. 2014.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: Elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: II Encontro da ANPPAS, 2004, São Paulo. Encontro anual. Encontro 2, 2004. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#8>. Acesso em 29 abr. 2014.

UC – Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em <<http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>>. Acesso em 28 abr. 2014.